

Analistas vão quebrar a cara, diz Guido Mantega

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Visivelmente irritado com as suspeitas levantadas por boa parcela do mercado financeiro, de que o governo não conseguirá cumprir a meta de superávit primário (receitas menos despesas, sem contar o pagamento de juros) de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, reagiu. Ao apresentar ontem a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007, ele afirmou que os analistas que insistem nesse discurso estão errados. “Quem está dizendo que o superávit ficará abaixo de 4,25% vai quebrar a cara. Não vão acertar”, afirmou.

Num tom acima do normal, o ministro disse que as empresas para as quais esses analistas trabalham deveriam pedir o que pagam a eles de volta. “Aconselho a todos a anotarem os nomes desses economistas”, frisou. Indagado sobre o que faria se o mercado estiver correto, ele foi taxativo: “Somos nós, os ministros da Fazenda e do Planejamento, que pilotamos a economia. Portanto, podemos garantir que o superávit será cumprindo sem nenhum problema”.

A desconfiança do mercado surgiu diante da forte queda do superávit primário acumulado em 12 meses. Em dezembro de 2005, a economia de recursos pelo governo representou 4,83% do PIB. Em fevereiro último, havia caído para 4,38%. Entre os analistas, as projeções são de que o

Iano Andrade/CB



MANTEGA, MINISTRO DA FAZENDA: AS DESCONFIANÇAS DO MERCADO FINANCEIRO NÃO FAZEM SENTIDO

superávit em 12 meses fique abaixo dos 4,25% do PIB neste segundo trimestre, quando as contas públicas terão um forte baque por causa do aumento do salário mínimo para R\$ 350.

Mantega desqualificou essas projeções. “Não há a menor possibilidade disso acontecer”, reforçou. O ministro destacou ainda que os 4,25% do PIB serão suficientes para manter em queda a relação entre a dívida pública e o PIB, que supera atualmente os 51%. “Quando se faz um ajuste fiscal consistente, como estamos fazendo, o objetivo maior é reduzir essa relação”, acrescentou.

Sem aumento

O discurso de Mantega foi endossado pelo secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, ao assegurar que o superávit primário realizado pelo governo até o momento está compatível com a meta de 4,25% do PIB prevista para este ano. Segundo Kawall, por ser um ano eleitoral, os gastos públicos estão sendo antecipados. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), explicou ele, só permite que os investimentos em anos de eleições sejam feitos até o meio do ano. “Nesse sentido, estamos em linha com a meta de 4,25% do PIB. O resultado do governo central até março está

compatível com a meta para o primeiro quadrimestre, de superávit de R\$ 28,7 bilhões”, afirmou.

Para o ministro da Fazenda, não há porque o governo aumentar a meta de superávit para além de 4,25% do PIB. Ele disse que, nos anos anteriores, quando os resultados finais ficaram bem acima dos objetivos perseguidos pelo governo, houve um forte aumento da arrecadação. “Se, neste ano, a arrecadação crescer além do previsto, podemos ter um superávit maior. Mas, por enquanto, estamos convencidos de que 4,25% é um bom número”, assinalou.

COLABOROU EDNA SIMÃO